

**ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2005 A ABRIL/2006**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I - Portaria STN nº 586 de 29/08/05.

R\$1,00

<b>DESPESA DE PESSOAL</b>	<b>DESPESA LIQUIDADADA MAIO/2005 A ABRIL/2006</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	1.194.169.458,96
Pessoal Ativo	806.170.678,84
Pessoal Inativo e Pensionistas	370.193.010,31
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, §1º da LRF)	17.805.769,81
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) ( II )	305.403.073,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	82.954.192,98
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	203.123.474,25
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	19.325.406,22
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	
Contribuições Patronais	95.715.320,28
<b>TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = ( I - II + III)</b>	<b>984.481.705,79</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.544.796.252,74
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V * 100)	4,79
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	1.214.197.458,54
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,615%	1.153.590.309,59

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RFCAE359 e NRCAE657 - RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

(1) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto no art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 18.516.322,10;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 809.084,12.

Desembargador HUGO BENGTSOON JÚNIOR, Presidente; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária; Paulo Roberto da Silva Coutinho, Diretor da Gerência de Contabilidade e Controle de Custos; Menderson Martins Franco, Diretor do Departamento de Auditoria.

**ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2005 A ABRIL/2006**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I - Portaria STN nº 586 de 29/08/2005  
c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

<b>DESPESA DE PESSOAL</b>	<b>DESPESA LIQUIDADADA MAIO/2005 A ABRIL/2006</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )</b>	1.194.169.458,96
Pessoal Ativo	806.170.678,84
Pessoal Inativo e Pensionistas	370.193.010,31
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, §1º da LRF)	17.805.769,81
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) ( II )</b>	447.373.881,02
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	57.855.464,49
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	370.193.010,31
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	19.325.406,22
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)</b>	
Contribuições Patronais	95.715.320,28
<b>TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = ( I - II + III)</b>	842.510.898,22
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	20.544.796.252,74
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL ( IV / V * 100)</b>	4,10
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%</b>	1.214.197.458,54
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,615%</b>	1.153.590.309,59

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RFCAE359 e NRCAE657 - RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

(1) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 18.516.322,10;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 809.084,12.

Desembargador HUGO BENGTESSON JÚNIOR, Presidente; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária; Paulo Roberto da Silva Coutinho, Diretor da Gerência de Contabilidade e Controle de Custos; Menderson Martins Franco, Diretor do Departamento de Auditoria.